



**PODER LEGISLATIVO - ITAÚNA DO SUL  
ESTADO DO PARANÁ**

Situado na Avenida Brasil, nº. 883  
CEP – 87980-000 – Centro – Itaúna do Sul – PR  
Fone: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br> / CNPJ: 80.611.635/0001-64

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**Súmula:** Parecer ao Anteprojeto de Lei nº 0001/2021, que “Institui o Programa de Incentivo e Recuperação Fiscal para o exercício de 2021, e dá outras providências”.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se do Anteprojeto de Lei nº 001/2021, que “Institui o Programa de Incentivo e Recuperação Fiscal para o exercício de 2021, e dá outras providências”. Encontra-se acompanhado de Estimativa do Impacto Orçamentário-financeiro, Demonstrativo da Renúncia de Receita, Estimativa e compensação da renúncia de receita, Relatório de Maiores Deveres por Contribuinte Geral.

De autoria do Chefe do Executivo Municipal de Itaúna do Sul, a matéria é oportuna e merece ser discutida por esta Comissão.

O parecer jurídico foi favorável ao presente anteprojeto.

Passo à análise.

**II- ANÁLISE**

De acordo com a Lei Orgânica do Município, artigo 46, inciso IV, o Chefe do Executivo é autorizado por lei a propor a matéria para votação e discussão.

Sendo assim, não há vício de iniciativa, uma vez que o projeto de lei é proposto pelo Chefe do Executivo, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal por ser de interesse local.



**PODER LEGISLATIVO - ITAÚNA DO SUL  
ESTADO DO PARANÁ**

Situado na Avenida Brasil, nº. 883  
CEP – 87980-000 – Centro – Itaúna do Sul – PR  
Fone: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br> / CNPJ: 80.611.635/0001-64

Sobre o mérito da matéria, trata-se de algo oportuno, uma vez que busca a quitação dos débitos tributários e não tributários municipais vencidos até 31 de dezembro de 2020, conforme se verifica pela leitura do art. 5º do presente Projeto de Lei.

O incentivo e recuperação fiscal descrito no presente projeto de lei não abrange os débitos tributários e não tributários oriundos do exercício de 2021 e seguintes, ou seja, se o contribuinte não pagar os débitos tributários e não tributários a partir de 2021 estará sujeito a execução pelo Município, inclusive com a cobrança de juros e eventual multa, o que não gera desestímulo ao contribuinte de manter os tributos em dia.

Observa-se que há respaldo legal a matéria analisada, uma vez que se encontra acompanhada dos documentos exigidos pelo art. 14, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, qual seja da demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias esse incentivo e recuperação fiscal.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei reveste-se de boa técnica, linguagem e forma, para adentrar ao ordenamento jurídico municipal.

Em relação ao uso do termo contribuinte, presente em vários artigos desse projeto de lei de nº 001/2021, a Procuradora Jurídica dessa Casa de Leis sugeriu seja substituído pela palavra sujeito passivo (mais abrangente), embora seus significados diferem um pouco em âmbito jurídico, entendo que para que a população compreenda melhor o teor da presente propositura, o vernáculo mais comum, presente na vida delas como a palavra “contribuinte”, facilita seu entendimento, devendo ser mantido o termo contribuinte.

Assim, não existe razão legal para impedir a sua aprovação, sendo sua técnica legislativa perfeita, nos termos da Lei Orgânica do Municipal.

### **III – VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o projeto reveste-se de disciplina legal, jurídica e boa técnica legislativa. Por este motivo, **voto pelo acolhimento da proposição.**

Sala das Comissões, 10 de março de 2021.

  
**Vereador LUCIANO DOS SANTOS**

*Relator*







**PODER LEGISLATIVO - ITAÚNA DO SUL  
ESTADO DO PARANÁ**

Situado na Avenida Brasil, nº. 883

CEP – 87980-000 – Centro – Itaúna do Sul – PR

Fone: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br> / CNPJ: 80.611.635/0001-64

**IV – VOTO DA COMISSÃO**

Reunida a Comissão, presentes o Senhor Presidente em exercício da comissão, Silvio de Mazzi dos Santos, o Senhor Relator Luciano dos Santos e o Senhor Suplente, Sidnei Carrilho Pelizer, votaram favoravelmente pelo parecer do relator.

Sala das Comissões, 10 de março de 2021.

**Vereador SILVIO DE MAZZI DOS SANTOS**

*Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final*

**Vereador LUCIANO DOS SANTOS**

*Relator*

**Vereador SIDNEI CARRILHO PELIZER**

*Suplente*